

**ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Antes de passar a palavra ao segundo-secretário, quero dizer que como é de costume, nesta Assembleia é legítima toda e qualquer manifestação e estamos sempre à disposição para ouvir. Esperamos poder continuar tratando da mesma forma que sempre tratamos, dentro da limitação do que o Direito estabelece uma lei já votada, cada um fazendo o seu papel. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas! Bom dia aos servidores públicos aqui presentes, exercendo o direito legítimo de manifestação! Bom dia a todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa. *"Ata da Vigésima Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata de número Vinte e Um da Décima Nona Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 942/2026, da Presidência da República; Ofício nº 35/2026, da Agência Nacional de Telecomunicações; Ofício nº 759/2026, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Ofício nº 553/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 57.053, 57.056, 57.059, 57.065, 57.071, 57.083, 57.086, 57.102, 57.105, 57.429, 57.432, 57.435, 57.482, 57.497, 57.803 e 57.806/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 181/2026, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; Ofício nº 1/2026, da Associação Fioravantes Futebol Independente; E-mail de Evânia Revista Celebrar. O deputado Pedro Kemp agradeceu a presença dos professores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, presentes no Plenário. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Coronel David, Paulo Corrêa, Junior Mochi, Renato Câmara, João Henrique, Gerson Claro, Antonio Vaz, Caravina, Professor Rinaldo, Lia Nogueira, Lidio Lopes e Lucas de Lima. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Jamilson Name, Zé Teixeira e Marcio Fernandes. GRANDE EXPEDIENTE – Usou da palavra o deputado Junior Mochi. ORDEM DO DIA – Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 34/2026, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 94/2025, de autoria do deputado Junior Mochi; Projeto*

*de Lei nº 213/2025, de autoria do deputado Antonio Vaz; Projeto de Lei nº 238/2025, de autoria do deputado Renato Câmara. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 12/2026, de autoria do deputado Marcio Fernandes. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moção de pesar, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada aos familiares de Nelson Gomes e Julia Motta Martins; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Zeca do PT, endereçada ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pela assinatura do Decreto nº 12.890 no último dia 24 de março, que declarou de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Dezidério Felipe de Oliveira/Picadinha, localizado no município de Dourados/MS; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada ao Jornal O Liberal News, pela passagem de seus trinta e três anos de fundação, celebrados em 23 de março de 2026; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Zé Teixeira, parabenizando os empresários Pedro Paulo Nery Rocha – o Pedrinho, e Luiz Alberto Guardachoni – o Grilo, pelo sucesso ao longo dos vinte anos de funcionamento do Grilo's Restaurante, hoje um ícone gastronômico de Dourados, e em reconhecimento à trajetória exemplar e significativa contribuição ao desenvolvimento econômico e social do município; requerimento de informações, de autoria do deputado João Henrique; indicações, de autoria dos deputados Lidio Lopes, Zé Teixeira, Zeca do PT, Jamilson Name, Mara Caseiro e Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e seis de março do ano de dois mil e vinte e seis”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas e a todos os presentes nesta Sessão. Expediente da Sessão Ordinária de 31 de março de 2026: Ofício nº 1.558/2026, do Ministério da Saúde, respondendo ao requerimento do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 3968/2025); Ofícios nºs 6, 10, 15 e 16/2026, da Fundação Nacional de Saúde, respondendo às indicações dos deputados Junior Mochi, Gleice Jane e Zeca do PT (Prot. nº 363/2026, 3647/2025, 561/2026, 4558/2025); Ofícios nºs 58.028, 58.031, 58.034, 58.042, 58.067, 58.070, 58.073 e 58.076/2026, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Gleice Jane, Mara Caseiro, Coronel David, Renato Câmara, Zé Teixeira, Antonio Vaz e Lia Nogueira (Prot. nº 735/2026); Ofício nº 447/2026, da Secretaria de Estado de Saúde, encaminhando o relatório anual de gestão de 2025 (Prot. nº (Prot. nº 735/2026); e-mail da New Holland, respondendo à moção de congratulação do deputado Renato Câmara (Prot. nº 393/2026); e-mail da Berenice Arruda de Araújo, respondendo à moção de pesar do deputado Paulo Duarte (Prot. nº 263/2026). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) —Transfiro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e a todos aqueles que se fazem presentes nesta Sessão, apresentando suas justas reivindicações à Assembleia e ao Governo de Mato Grosso do Sul. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao doutor Fábio Francisco Esteves, um sul-mato-grossense de família humilde, que fez o curso de Direito na UEMS de Paranaíba e hoje é juiz de direito no Distrito Federal, além de ter uma notável carreira jurídica. O doutor Fábio nasceu na zona rural e para frequentar a sala de aula no curso primário ele dormia na escola que ficava a vinte e dois quilômetros de distância da sua casa. Graças ao seu esforço e dedicação pessoal, conseguiu fazer o curso de Direito e, posteriormente, passar no concurso da magistratura. Eu apresento essa moção de congratulação ao doutor Fábio pela sua brilhante carreira na magistratura, aliada à destacada formação acadêmica e à atuação em funções elevadas de relevância no sistema da justiça. Destaco ainda a sua aprovação pelo Senado Federal em novembro de 2025, cuja posse ocorreu em 03 de fevereiro deste ano como conselheiro do Conselho Nacional de Justiça para o biênio 2026/2028, em vaga indicada pelo Supremo Tribunal Federal, bem como a sua experiência no tribunal do júri e atuação como o juiz instrutor no gabinete do ministro Edson Fachin. Lembrando que ele estará aqui no próximo dia 9.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, nós fizemos essa moção em nome da Casa, já aprovamos, e o nome do senhor está registrado nos anais para constar junto ao processo.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Expocana, realizada entre 25 e 27 de março no município de Nova Alvorada, bem como para a Associação dos Fornecedores de Cana Sul-Mato-Grossense (Sulcanas), na pessoa do seu presidente, Márcio Verrunes; à Biosul, representada pelo seu presidente, Amauri Eduardo Becker; ao diretor-presidente da Tecno Agro, senhor Ilton Henrichsen; assim como aos organizadores, apoiadores, expositores, produtores rurais, empresas e instituições, pela realização da Tecno Agro 2026. Se aprovada, essa moção deverá ser redigida nos termos que seguem. Senhor presidente, requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja autorizada a reserva do Plenário no dia 12 de maio do corrente ano, a partir das dezenove horas, para realização da Sessão Solene em alusão ao Dia Estadual da Ordem DeMolay, instituída por meio da Lei nº 3.502, de 25 de abril de 2008. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública,

solicitando a viabilidade para ampliação de vagas destinadas ao provimento de cargos na Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, referente ao Curso de Formação de Soldados - CFS 31/2026. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, deputado Gerson, demais colegas e todos os servidores públicos que prestigiam esta Sessão. Senhor presidente, quero encaminhar um requerimento, conforme prescreve o Regimento desta Casa, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia, no dia 7 de maio do corrente ano, às dezenove horas, para a realização da Sessão Solene em comemoração ao Dia do Oftalmologista comemorado no dia 7 de maio. Justificamos o presente requerimento em atendimento à solicitação encaminhada ao nosso gabinete pela Associação Sul-Mato-Grossense de Oftalmologia. A iniciativa tem como objetivo reconhecer a relevância dos médicos oftalmologistas na promoção da saúde ocular da população, bem como valorizar a atuação desses profissionais no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. Cabe destacar que essa ação está alinhada a um movimento de abrangência nacional, com a participação do Conselho Brasileiro de Oftalmologia e de entidades estaduais, reforçando a importância institucional da especialidade em todo o país. Portanto, solicito a disponibilidade do espaço e toda infraestrutura necessária para que esse evento seja feito. Por último, apenas para fazer um registro, hoje nós comemoramos a Lei nº 5.840/2022, de minha autoria, que trata sobre o Dia Estadual em Memória das Vítimas da Covid-19. Nós não podemos esquecer essa tragédia que passou pelo nosso estado, pelo nosso país e pelo mundo inteiro, que ceifou milhares de vidas, como os nossos colegas deputados Onevan de Matos e Amarildo Cruz, que deixaram muita saudade. Portanto é um momento de lembrar essa data para que ela permaneça em nossa memória coletiva, com o compromisso permanente de cuidar da vida, fortalecer o sistema de saúde e nos preparar para os desafios do futuro. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, plateia presente em nosso recinto. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando, em caráter reiterativo, a revitalização da rodovia MS-147, no trecho compreendido entre o trevo da BR-376 até o trevo da MS-276, com extensão de aproximadamente vinte e oito quilômetros, passando pelo distrito de Culturama, no município de Fátima do Sul, incluindo a implantação de acostamento em toda a via. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando a substituição de pontes de madeira por ponte de concreto sobre o rio Taquaral, na rodovia MS-468, bem como sobre o rio São João, ambos localizados no distrito de

Itahum, município de Dourados. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez Ramos e ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando a realização de melhoria estrutural da Escola Estadual Antônio Vicente de Azambuja, localizado no distrito de Itahum, município de Dourados, com a instalação de um laboratório, por meio de contêiner, no programa "Mais Ciência na Escola", reciclagem de todo o piso da unidade escolar e adequação do espaço destinado aos servidores administrativos. Era só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, em especial aos meus colegas servidores públicos, aposentados, da ativa, de todas as categorias, que fazem aqui um movimento mais do que justo, um movimento necessário, porque é importante a luta para que a gente possa garantir dignidade. O que a gente percebe nesse período é que está faltando uma atenção especial ao serviço público. O governador está terceirizando o serviço público e, como estratégia, maltratando o servidor público, mas isso nós não vamos admitir. Quero aqui dizer, presidente, que este ano o reajuste do salário mínimo foi de 6,79%, acima da inflação que foi mais de 4%. O piso salarial da Educação não ia ter aumento, mas o presidente Lula fez um decreto e garantiu 5,4%, mas o governador Eduardo Riedel não foi capaz de garantir sequer a inflação do ano passado para os servidores. Isso é um descaso total! Essa é a representação de um governador que não está conseguindo governar este estado, não está conseguindo dividir renda, pois para o agro e para o empresário está valendo tudo, como a isenção de seis bilhões ao ano. Quem está pagando a conta de todas essas isenções é o trabalhador, e nós não vamos aceitar isso.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero pedir para a plateia garantir a palavra da deputada que está fazendo a defesa, porque senão acaba o tempo dela e eu não quero ser intransigente.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — O trabalhador, neste Estado, tem que ter dignidade. Nessa linha, venho defender os interesses dos servidores públicos, porque são eles que garantem o funcionamento do estado e isso nós sabemos. Governos passam, nós deputados passamos, mas quem está lá na ponta aguentando e segurando o serviço público são os servidores. Portanto, para garantir que tenha serviço público, que tenha concurso público, que tenha dignidade no atendimento, eu vou encaminhar um requerimento ao governador, solicitando informações sobre os repasses que estão sendo descontados do salário dos servidores. Quero que ele me diga quais são os dias que foram repassados para os sindicatos, para a Cassems e para a Ageprev, porque o descaso não é só com os 3,81%, ele está retirando o dinheiro do salário dos servidores e não está pagando em dia aqueles que deveria, que são os empréstimos, os sindicatos e a Cassems. Portanto, estou aqui apresentando um requerimento de informação porque na semana passada esta Casa

recusou o meu requerimento relativo aos bancos, dizendo que o assunto já havia sido esclarecido. Na verdade não tem informação nenhuma e o que nós queremos é o extrato de pagamento do Governo do Estado para todos esses segmentos, inclusive se tiver atraso para a Ageprev, faremos uma CPI nesta Casa também.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada, só para concluir, porque a senhora já passou do prazo.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — OK, presidente. E por falar em CPI, eu gostaria de dizer que eu apresentei aqui, no dia 3, um pedido de informação, um requerimento à CNI acerca dos contratos, dos repasses de recursos feitos para a Fiems, porque nós queremos também saber o que está acontecendo lá dentro. Eu solicito que o requerimento que apresentei entre na Ordem do Dia, para que a gente comece a entender o que está acontecendo na Fiems. E, para encerrar, quero dizer que no meio de todas essas pessoas aqui, estão os aposentados da Assembleia Legislativa também reivindicando um aumento acima do que o governador apresentou. Esta Casa pode ter um olhar especial para esses servidores. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Senhor presidente, colegas parlamentares, quero aproveitar para cumprimentar todos os servidores que vieram aqui e que têm a coragem de se expor, de colocar sua luta, de colocar sua reivindicação. Os servidores representam o nosso estado. A colocação da nossa emenda estabelecia um percentual de correção maior dentro da inflação, mas infelizmente ela foi rejeitada na CCJR. Temos visto que a orientação do governador Eduardo Riedel foi que isso não chegasse aqui, para não ser debatido, para que não fosse aprovado um reajuste digno aos servidores. O governador Eduardo Riedel está optando por tirar a dignidade dos servidores, ele está optando por recusar um requerimento simples de informação que demonstra que ele está pegando o salário dos servidores e não repassando a todas essas entidades especiais, como os bancos. Nós temos aqui um requerimento que foi recusado, nesta Casa, que nos daria condições de demonstrar que o salário do servidor está sendo descontado, mas não está sendo repassado. Agora o que mais indigna, senhor presidente, é que os servidores comissionados, aqueles que não têm carreira, aqueles que servem direto ao rei, têm reajuste de 90%, 140%, 120%, enquanto quem fez carreira, quem estudou, quem trabalha, quem serve ao estado inteiro tem uma miséria de 3.81%, sendo tirado o poder real do seu salário. Quero agradecer e dizer que vocês têm um novo caminho para Mato Grosso do Sul, vocês têm a oportunidade de dizer: fora Fiems e fora Riedel!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito aos senhores deputados que ainda não estiverem inscritos para colocar sobre a mesa. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: uma indicação (Prot. nº 00721/2026). De autoria do deputado

Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 0754/2026). De autoria do deputado João Henrique: uma indicação (Prot. nº 00730/2026). De autoria do deputado Caravina: três indicações (Prot. nºs 00726/2026, 00725/2026, 00722/2026); um projeto de lei (Prot. nº 00740/2026); uma moção de protesto (Prot. nº 00724/2026). De autoria da deputada Gleice Jane: uma indicação (Prot. nº 00736/2026); três requerimentos (Prot. nºs 00756/2026, 00755/2026, 00728/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 00741/2026). De autoria do deputado Junior Mochi: um requerimento (Prot. nº 00753/2026); três moções de congratulação (Prot. nºs 0751/2026, 00750/2026, 00749/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: duas indicações (Prot. nºs 00733/2026, 00732/2026); um requerimento (Prot. nº 0731/2026). De autoria do deputado Lidio Lopes: uma indicação (Prot. nº 00707/2026). De autoria do deputado Lucas de Lima: oito indicações (Prot. nºs 00705/2026, 00704/2026, 00703/2026, 00702/2026, 00701/2026, 0700/2026, 00708/2026, 00699/2026); um projeto de lei (Prot. nº 00706/2026). De autoria do deputado Paulo Corrêa: três moções de congratulação (Prot. nºs 00748/2026, 00739/2026, 00738/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 0737/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma moção de congratulação (Prot. nº 00757/2026); duas moções de pesar (Prot. nºs 00759/2026, 00758/2026); um moção de apoio (Prot. nº 00729/2026). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma moção de congratulação (Prot. nº 00734/2026). De autoria do deputado Professor Rinaldo: duas indicações (Prot. nº 00746/2026); um requerimento (Prot. nº 00747/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 00745/2026). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma moção de pesar (Prot. nº 00752/2026). De autoria do deputado Renato Câmara: seis indicações (Prot. nºs 00709/2026, 00712/2026, 00714/2026, 0719/2026, 00710/2026, 0711/2026); cinco moções de congratulação (Prot. nºs 00713/2026, 00715/2026, 00716/2026, 00717/2026, 00718/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 00720/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações (Prot. nºs 00744/2026, 00743/2026, 00742/2026).). Quero registrar e agradecer a presença do Marcelo Sales, presidente da Aduems (Associação dos Docentes de Mato Grosso do Sul), e lembrar que ele tem palavra aberta hoje ao final da Sessão; do senhor Celso Capovilla, vereador de Caarapó; da Deumeires Moraes, presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação (Fetems); do senhor André Santiago, presidente do Sindicato dos Policiais Penais de Mato Grosso do Sul; do senhor Lourivaldo Duarte Florence, presidente do Sindicato dos Agentes Patrimoniais, e do senhor Rubens Gomes Prates, vereador no município de Dourados. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, eu gostaria de fazer a inversão com o deputado Pedro Kemp.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, por inversão, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, esta Sessão da Assembleia Legislativa marca a presença do Sindicato dos Servidores Públicos; do Fórum dos Servidores; da Fetems, que traz um grande número de pessoas da diretoria dos Simteds do interior; também dos aposentados

que estão na luta pelo fim dos 14% há muito tempo e também da Aduems (Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), sindicato que representa os professores da UEMS. Quero dizer, senhor presidente, que essa manifestação representa a insatisfação dos servidores públicos do nosso Estado, aqueles que estão na ativa e aqueles que já se aposentaram. Insatisfação porque nós temos um Governo que não dialoga com as categorias, um Governo que não recebe o sindicato dos professores para discutir a sua pauta de reivindicações. Eu me lembro que durante a campanha eleitoral, numa assembleia na Fetems, o governador assinou uma carta compromisso dizendo que ia rever esse desconto dos 14% dos aposentados, mas depois da eleição essa carta passou a não ter validade, ou seja, não vale mais a palavra dada e o discurso é bem outro. Eu quero dizer que essa última proposta que o Governo encaminhou para esta Casa não é reajuste salarial, é importante deixar bem claro isso, é a Revisão Geral Anual (RGA) que é obrigatória por lei. O Governo concedeu essa revisão de 3,81% e não discute mais com as categorias nenhuma proposta de reajuste salarial. Nós já tivemos a oportunidade de discutir nas sessões anteriores que esse RGA é insuficiente, inclusive para repor a inflação do período, porque ficou muito abaixo do reajuste do salário mínimo que foi concedido para todos os trabalhadores e trabalhadoras celetistas deste país. Eu penso que nós não podemos aceitar que o Governo trate assim as categorias dos servidores públicos, porque na verdade quem toca o Estado, quem está no chão das escolas e das repartições públicas, fazendo o estado funcionar, recebendo o cidadão, são os servidores públicos. Quero dizer que, além da defasagem salarial, nós temos, no Mato Grosso do Sul, vários problemas a serem debatidos pelas categorias com o Governo do Estado, porque desde o governo do Reinaldo Azambuja que os servidores são tratados com descaso e não há uma revisão salarial das principais categorias. Eu já vi passar, nesta Casa, projeto de lei para beneficiar as categorias que têm os mais altos salários aqui do Mato Grosso do Sul e recebem até acima do teto constitucional, o que considero uma injustiça com os servidores que recebem os menores salários como, por exemplo, a categoria dos servidores administrativos da Educação e das demais categorias. Então, ficam cada vez mais distantes os menores salários dos maiores salários do Estado, e essa é uma realidade que precisa ser revista. Uma outra situação que eu considero urgente, senhor presidente, é retomarmos junto ao Governo do Estado a realização de concursos públicos. O que está acontecendo hoje na educação é um absurdo e o Ministério Público Estadual tem que atuar em cima dessa realidade, porque quase 70% dos professores que estão dando aula nas escolas são contratados temporários. Isso é uma distorção, porque o ingresso no serviço público deve ser através de concurso e as contratações temporárias devem ser uma exceção, mas virou regra na Secretaria de Educação do Estado. É um absurdo o que está acontecendo quando o Governo faz um concurso e chama quatorze, quinze pessoas, sendo que existem hoje mais de dez mil professores contratados temporariamente. Então, é importante valorizar de novo o servidor público, porque no passado a gente tinha discussão de plano de cargos e carreira, da valorização dos servidores e hoje há um descaso completo com os servidores públicos. Na verdade, estão querendo é implantar cada vez mais a terceirização, a privatização, a contratação temporária de servidores para fazer política eleitoral nessas contratações. Eu acredito que há uma distorção que precisa ser corrigida e essa tendência das terceirizações precisa ser interrompida, tanto na educação, que é uma área tão importante e essencial,

como na saúde pública. Senhor presidente, quero trazer também uma reivindicação dos servidores da Saúde, do Hospital Regional, que não estão recebendo adequadamente as horas trabalhadas a mais nos feriados. Essas pessoas têm uma responsabilidade muito grande ao cuidar dos pacientes. Uma servidora me disse que inclusive no dia de Natal, quando está todo mundo celebrando a ceia com a família, eles estão lá no Hospital Regional trabalhando e não recebem uma complementação do seu salário por esses dias trabalhados nos feriados e nas horas extras que eles fazem. Isso é uma injustiça que tem que ser corrigida, lembrando que na pandemia esse pessoal foi heroico na defesa da vida. Há alguns anos, eu vi pessoas chamando o Sérgio Moro de herói do Brasil, mas, na verdade, herói é quem trabalha no serviço público e é mal remunerado, não é valorizado, principalmente quem defende a vida e quem atua na educação das nossas crianças nas escolas. Quero dizer que foi entregue hoje um documento ao presidente da desta Casa, solicitando uma mediação junto ao Governo do Estado, para que ele receba os representantes das categorias de servidores, porque se ele não tem condição de atender as reivindicações, então que abra a situação do Estado com transparência e dialogue com o servidor, escute as categorias. É bom lembrar que até o final do ano passado esse Governo se colocava como o exemplo de gestor impecável, tudo em dia, pagamentos, obras e investimentos sendo feitos. Agora, este ano parece que faliu, não tem dinheiro para nada, não pode atender reivindicação. Que história é essa? Tem que explicar bem para o servidor, tem que abrir as contas do Estado, mostrar que tem obras em andamento, que tem dinheiro para asfaltar e para fazer algumas obras de infraestrutura, mas para valorizar quem realmente faz esse Estado funcionar não tem. Eu acho que esse debate tem que ser aberto e não vejo problema algum o Governo do Estado agir com transparência, receber as categorias e dialogar, o que não dá para aceitar é essa postura autoritária de não querer receber, de não querer ouvir. E, por fim, senhor presidente, esta Casa acabou aprovando o RGA na semana passada, e é bom esclarecer que quando vem uma proposta de reajuste, compete à Casa aprovar ou não, porque aqui nós não podemos fazer nenhuma emenda, nenhum projeto, concedendo reajuste aos servidores, sempre tem que vir do governo para cá. Aqui, ou a gente aprova 3,81% ou aprova zero, e o Governo mandou 3,81%, que deixou os servidores insatisfeitos e revoltados com esse índice que não repõe coisa alguma. Está aqui a manifestação legítima e democrática dos servidores que manifestam o seu descontentamento e pedem a abertura de um diálogo com o Governo do Estado. Por fim, eu quero dizer que sou testemunha da luta desses companheiros e companheiras aposentados servidores públicos desta Casa, que nesses três anos, de forma incansável, vem à Assembleia Legislativa manifestar a sua indignação e a sua revolta. Eu sei que esses 14% fazem muita falta nos vencimentos de muitos aposentados, inclusive eu já vi servidores que estavam no movimento há três anos e que não estão mais entre nós, pessoas com doenças graves, com câncer, que faleceram antes da revogação desses 14%. Eu, como professor aposentado do Estado, recebo no meu contracheque esse desconto e fico pensando como é revoltante para os servidores, depois de tantos anos trabalhados, ainda descontar para Ageprev. Portanto, é uma injustiça, até porque o governador Riedel prometeu rever esse desconto. Eu acredito que essa situação também tem que ser levada em consideração, senão o governador vai estar desmoralizado nessa campanha para pedir voto. Tenho certeza que pelo menos para o servidor público ele não tem mais condição de

falar, de assumir compromisso, porque não cumpriu nada até agora. Eu acho que é uma reivindicação justa e se o Governo não tem condições de atender, então que receba as categorias, abra as contas do Estado, discuta com transparência, mas não trate com descaso assim servidor público. E a questão do concurso que nós reivindicamos é para ajudar a Ageprev porque os onze mil servidores convocados contribuem para o INSS e não para a Ageprev. Então, é dinheiro que o Governo está perdendo para pagar os servidores aposentados. Fazer concurso público, colocar o servidor dentro da carreira do estado é também recheiar a caixa da Ageprev, porque o efetivo contribui com a Ageprev e os contratados não. Essa é uma questão que o Governo precisa rever, até para ajudar a diminuir o déficit da previdência. Concedo o aparte à deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado Pedro Kemp, o que nós percebemos aqui é que os servidores já tomaram sua decisão e é justa a resposta porque no período eleitoral foram muitas promessas e uma delas foi a equiparação salarial entre contratados e efetivos. Quero dizer aos demais servidores que houve um golpe contra os professores, porque havia na categoria, professores contratados e professores efetivos que recebiam o mesmo salário, mas em julho de 2019, eu estava aqui também, simplesmente na calada das férias, passou um projeto de lei, nesta Casa, que diminuiu o salário dos professores contratados: eles saíram de férias com um salário e retomaram no meio do ano com outro muito inferior ao dos efetivos. No período da campanha, o governador prometeu equiparar o salário e até hoje sequer começou essa política de recuperação salarial entre contratados e efetivos, mas a promessa não foi só para os contratados, foi também para os aposentados. Houve um outro golpe aqui nesta Assembleia quando foi acrescentado 14% de desconto no salário dos aposentados, eles foram dormir num dia com uma organização salarial e acordaram no outro tendo que pagar 14% para a Ageprev. Isso ocorreu porque o Estado não foi capaz de organizar as finanças da Ageprev que hoje se encontra falida, e agora é o trabalhador que está pagando. Da mesma forma, nós estamos vendo acontecer agora o reajuste que nada mais é do que o achatamento do salário dos servidores públicos, que por não se tratar de uma política de RGA, eu votei contra, porque nós não podemos aceitar essa incapacidade do governador Eduardo Riedel organizar as finanças do Estado, mesmo porque isenção fiscal para empresas e para empresários tem bastante. Eu quero aqui falar um pouco, deputado Pedro Kemp, de empresas que vêm para o nosso estado e causam problemas sociais nas cidades, como exemplo, a empresa em Ribas do Rio Pardo. Antes da instalação da referida empresa, os moradores pagavam o seu aluguel e tocavam suas vidas, agora eles estão morando em favelas porque o aluguel está muito alto e eles não conseguem mais pagar. Eu estive lá visitando a favela e ao lado dela um condomínio da empresa com casas vazias. É essa a resposta que o Governo está cobrando das empresas que têm isenção? Eu não estou falando somente de servidor público, não, mas também do povo de Mato Grosso do Sul, do trabalhador que tem que morar na favela, um descaso... Para o empresário, em contrapartida, casas com portas fechadas, sem direito para os moradores estarem lá. Essa mesma empresa também está causando grandes danos ao meio ambiente, como contaminação dos rios, o que está gerando problemas para todo mundo, inclusive até o Paranazão está sofrendo consequências disso. Nós passamos todos esses anos de mandato cobrando postura do governador com relação à proteção ao

meio ambiente, isso ele não olha, simplesmente concede isenção, sem qualquer contrapartida, sem qualquer cuidado com esse estado. Essa tem sido a política do governador Eduardo Riedel. Quem está pagando a isenção das empresas são os servidores públicos, os trabalhadores que vão morar na favela, é o povo que está deixando de ter uma vida digna para poder sustentar quem mais tem dinheiro nesse Estado. Então, essa tem sido a política desse governador: para aqueles que têm bastante, sempre mais; para os que têm pouco, sempre menos. E foi assim também o tratamento com os servidores administrativos da Educação, inclusive o deputado Zé Teixeira já cobrou isso algumas vezes, porque as empresas não têm compromisso de pagamento de salário em dia com os servidores administrativos e terceirizados, deixam as mulheres com salários extremamente baixos, defasados, e muitas vezes não pagam sequer o salário. Essa tem sido a política do Eduardo Riedel, governador deste Estado, para os trabalhadores, servidores públicos, professores da educação básica. E não tem sido diferente com relação à UEMS, com relação à Saúde, onde todos os segmentos estão sendo terceirizados, e nós estamos acompanhando porque a isso estão vinculados projetos de corrupção. Não existe corrupção sem uma empresa bem grande aliada ao serviço público, é disso que estamos falando e é preciso ter esse cuidado. Estão presentes aqui os servidores da UEMS, do Detran, da Polícia Civil, aposentados e pensionistas, da Saúde, da Polícia Penal, da Educação, do Judiciário, da PM, do Fórum de Servidores, da UGT, e os servidores aposentados aqui da Assembleia Legislativa, e eu quero dizer a todos que esse movimento não é de uma única categoria, mas de um povo que está cansado de sofrer, de um povo que não acredita mais nas promessas que não são cumpridas.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada, conclua, por gentileza. Eu preciso garantir a palavra para o deputado Pedro Kemp e a senhora já passou três minutos do tempo regimental.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado Pedro Kemp, peço mais um tempo para concluir, se o senhor permitir. Quero dizer que esse é um movimento muito justo e necessário que vem para esta Casa para dar resposta ao governador Eduardo Riedel. É necessário olhar para o povo, enxergar os servidores e não fazer promessas, nesse processo eleitoral, que não serão cumpridas. Obrigada.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permita-me um aparte, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concedo um aparte ao deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado, eu venho aqui só para fazer justiça e dizer que a previdência não foi criada pelo atual governador, mas sim na divisão do estado que tem apenas quarenta e sete anos. Quando eu me elegi, em seguida o Ben-Hur fez uma CPI, nesta Casa, e naquela época o MS Prev tinha casa, canoa, tinha um monte de coisa que não era da previdência. Quando o deputado Zeca entrou no governo, a contribuição que era de 6%, passou para 9%. Então, a previdência não está falida só aqui

no Mato Grosso do Sul! Não é só aqui que tem que fazer concurso público para a contribuição pagar o servidor da ativa, a roubalheira do INSS está no Brasil, haja vista a CPI do INSS. É isso que eu queria dizer.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, o deputado Zé Teixeira lembrou do roubo dos aposentados do INSS que começou no governo do Bolsonaro e ele não fez nada para estancar, quem investigou foi o governo do presidente Lula. Eu quero dizer também que abriram uma CPI no Congresso Nacional, com o objetivo de jogar no colo do presidente esse roubo dos aposentados, inclusive querendo indiciar o filho do presidente como se ele tivesse participado desse esquema, só que eles não indiciaram os verdadeiros responsáveis. E, por falar da Previdência de Mato Grosso do Sul, é bom lembrar que na época do Previsul o desconto dos servidores era 6%, sendo 3% para a saúde e 3% para a previdência. O que os governos anteriores fizeram? Gastaram tudo e não reservaram o dinheiro dos aposentados que era descontado desde a divisão do estado. Aí chegou o governador André Puccinelli e criou um fundo de previdência para dali para frente começar a reservar o dinheiro para as futuras aposentadorias. O que o governador Reinaldo Azambuja fez? Pegou os quinhentos milhões desse fundo e gastou para fazer frente às necessidades do Estado. Quer dizer, sempre quem paga o pato é o servidor, porque o Governo não é responsável por organizar as finanças e prever as futuras aposentadorias que vão acontecer. É isso que nos causa indignação. Agora o servidor tem que contribuir com 14%, sendo que no passado cometeram essas irresponsabilidades com o recurso dos aposentados. Então, eu queria finalizar, senhor presidente, nesse um minuto e meio que me falta, dizendo para os servidores que eles têm que se organizar e fortalecer o sindicato que nada mais é do que um instrumento de luta, porque se tem conquista é graças à luta organizada. Fortaleçam o seu sindicato, se organizem, porque se não tiver luta, não tem conquista. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, eu quero contribuir, até porque esse é um assunto que eu gosto. A reforma inicial e a mudança da previdência teve a participação de Paulo Bernardo e Gleice Hofman, e foi o excepcional trabalho feito no governo do Zeca do PT que mudou o perfil de Mato Grosso do Sul. Quero registrar e agradecer a presença do senhor Diogo Frizo, vereador do município de Maracaju. Por solicitação da deputada Gleice Jane, usará a tribuna nesta Sessão, logo após a Ordem do Dia, a doutora Erika Porcelli Alanes, vice-presidente da Aduems. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para a deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, temos vinte e três deputados presentes, portanto há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Convido Vossa Excelência para participar da Mesa, para o escrutínio costumeiro.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Quero registrar a presença dos administrativos da Secretaria de Fazenda, que estão aqui fazendo reivindicações.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, a Érica, que irá fazer o uso da tribuna após a votação, está solicitando autorização para dividir o tempo dela com a professora Deumeires.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, regimentalmente eu não posso fazer isso porque qualquer solicitação de manifestação externa na tribuna tem que ser aprovado previamente pela Casa no prazo determinado. Eu sugiro que seja feito um requerimento, a gente aprova, e posteriormente ela vem.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Mesmo a pessoa abrindo mão de cinco minutos?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mesmo assim não pode, tem que aprovar. O Regimento é assim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Apelo para o seu coração, senhor presidente, amolecido.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pensa num coração bom, ainda mais a Deumeires que é minha querida presidente, pessoa de luta, assinarei junto o requerimento para a palavra dela, mas cumprindo o Regimento.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar que, no ano passado, fizemos aqui na Assembleia a reestruturação da carreira, ou seja, uma nova lei, fizemos também o concurso que contou com mais de dezesseis mil inscritos, e além dos 3,87%, fizemos uma recomposição dos auxílios conforme acordo. Quero parabenizar a Evelyn, presidente do Sindicato dos Servidores, e dizer que a gente continua trabalhando para mais melhorias dos servidores da Casa. Item 1. Projeto de Lei nº 094/2025. Autor: deputado Junior Mochi. Em redação final. "Dispõe sobre a possibilidade de reconhecimento

da prática esportiva do Airsoft e Paintball, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 094/2025, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única e votação nominal. Projeto de Lei nº 004/2026. Autor: Poder Judiciário. "Altera dispositivo da Lei nº 3.779, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre o regimento de custas judiciais do Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 0004/2026, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Apenas para justificar a ausência do deputado Zeca do PT, que está neste momento fazendo alguns exames de rotina.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 005/2026. Autor: Poder Judiciário. "Cria cargos na estrutura funcional do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. Em discussão... Encerrada a discussão... Nós antecipamos a reunião da CCJR e estamos regulamentando a data-base dos servidores do Judiciário para ficar na mesma data-base da Assembleia, do Tribunal de Contas e do Governo do Estado. Então, quero agradecer aos deputados pela força-tarefa para votarmos hoje e amanhã, obedecendo aos cento e oitenta dias eleitorais. O Poder Judiciário tem também os reajustes e os benefícios que foram dados, assim como os 3,87%. Se não tivesse sido votado antes do limite de até cento e oitenta dias, não se poderia aplicar. Em votação.

Projeto de Lei nº 00005/2026, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis, e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Altera a Lei nº 3.687, de 9 de junho de 2009 - Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 21/2026, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 5. Em votação simbólica: dezoito indicações, uma moção de apoio e quatro moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Item 6. Não há moções de pesar. Encerrada a Ordem do Dia. Neste momento, convido os senhores deputados para permanecerem na Casa. Nós vamos suspender a Sessão para o uso da manifestação externa, e já convido a deputada Gleice Jane, proponente, para fazer parte da Mesa durante a manifestação. Com a palavra, a doutora Érica Porcelli Alaniz, vice-presidente da Aduems, que disporá de quinze minutos para o seu pronunciamento e não poderá se desviar do tema que foi aprovado e nem ser interrompida.

ÉRICA PORCELLI ALANIZ (vice-presidente da Aduems) — Bom dia, senhor presidente Gerson Claro, em nome de quem cumprimento os componentes da Mesa, os deputados, as deputadas e todos os que se encontram presentes nesta Sessão. Eu venho a esta tribuna para expressar o descontentamento e a indignação dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul e dizer que a impossibilidade de discutirmos o reajuste que, na verdade, é uma revisão, nos fez vir até aqui porque sequer tivemos um diálogo efetivo com o governador Eduardo Riedel. Nesse sentido, declaramos o estado de greve que significa essa mobilização importante da categoria contra o que, na UEMS, significou 44,48% de defasagem salarial do ano de 2014 até 2026, o que significa uma perda da metade do salário em doze anos. Vocês imaginam o que isso significa do ponto de vista das condições materiais de vida do professor da UEMS? Essa realidade nos assola dia a dia e é necessário e urgente nos organizarmos e falarmos da reparação, visto que os docentes aposentados da UEMS, que se dedicaram a vida toda para a Universidade, hoje se encontram em uma situação extremamente difícil. Muitos aposentados estavam no topo da carreira, mas com os níveis que foram implementados após a aposentadoria, eles não foram reenquadrados e isso ocasionou uma defasagem salarial gritante. A realidade do salário dos servidores do Estado e dos professores da UEMS contradiz o discurso do governador Riedel. Eu vou aqui ler um trecho do discurso dele ainda quando estava em campanha: “A UEMS é prioridade na estratégia educacional do Estado. A UEMS retrata o nosso principal ativo em termos de formação de pessoas com curso superior e pós-graduação, com geração de conhecimento e inovação.” O problema é que esse discurso não condiz com a realidade, senhores deputados e deputadas. O piso salarial dos docentes da UEMS é R\$ 3043,50 reais para 40 horas, hoje, abaixo do piso nacional para o magistério da Educação Básica que o Governo Federal reajustou para R\$ 5.130,00 reais. A situação das universidades públicas, que produzem 95% da ciência e tecnologia que existem no país, é vexatória! A UEMS especificamente está vinculada ao desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul. Desde os anos 1990 a UEMS foi responsável por interiorizar o acesso ao ensino superior, formando milhares de jovens, aumentando a qualificação da força de trabalho, expandindo bolsas produzidas e pesquisas qualificadas. Hoje, são trinta municípios que recebem oitenta cursos de graduação, dezessete de pós-graduação, mestrado e doutorado,

e o salário do docente da UEMS está 44.48% em defasagem. Contudo, mesmo com toda essa inserção, toda essa contribuição ao desenvolvimento econômico e social do estado, a UEMS não é valorizada. Nós temos que dizer aqui o óbvio: perdemos a nossa autonomia financeira, mesmo porque não se faz ciência com pesquisadores desvalorizados, assim como não se formam cientistas, profissionais e professores em nível de excelência desconsiderando as condições materiais de vida dessas pessoas que diuturnamente conduzem os trabalhos com seriedade na universidade. Não é suficiente fazer uma reposição pautada em bônus, em cargas de assessoria, isso não interessa ao conjunto da classe trabalhadora que são os docentes dessa universidade. Só valoriza a universidade quem garante direito a um salário justo aos professores. E eu gostaria também de dizer que não somos só nós que estamos em defasagem. O Fórum dos Servidores levantou um número de que 38% dos servidores, na última década, estão em defasagem. Aí vocês vão dizer que o professor da Educação Básica recebe o maior salário do país, mas essa é uma afirmação errada, porque não toca na realidade social. A pergunta correta é: quantos professores deste estado recebem os maiores salários do país? Eu vou falar para vocês, são 27.2% do efetivo e esse é o número que a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação levantou, ou seja, nós estamos com 72,8% de professores convocados, sem sequer receber essa revisão horrorosa de 3,8%. Sendo assim, o nosso estado está entre os cinco com maior número de contratados e menor de efetivos. Olha a seriedade disso! Então, nós estamos falando quase de uma casta que está se criando. E por que esse estado tão pujante não valoriza os servidores públicos? Por que mesmo com os recortes de superávit econômico, os servidores seguem sendo desprezados pelo poder público, sem qualquer política séria de reparação salarial. Quando olhamos a publicidade do Governo e os números da balança comercial de MS, tudo parece mil maravilhas, mesmo durante a pandemia da Covid-19, em 2020, Mato Grosso do Sul registrou o maior percentual de crescimento do PIB do país. Peguemos só a série do governo Riedel: em 2023, foram 7.7 bilhões; em 2024, 7.1 bilhões; e em 2025, o maior recorde da história, 8 bilhões de reais. A pergunta é: onde está esse recurso? Mesmo assim, o servidor público não tem nada a comemorar... O estado cresce, mas para onde vai o dinheiro? Vocês estão felizes, servidores? Então, mesmo a economia crescendo exponencialmente, mesmo com o maior saldo comercial da história, Riedel oferece agora 3.81% de revisão geral do salário, que até o momento é a menor comparada a todos os Estados da Federação brasileira. É a menor no estado que mais cresce. E para onde foi o dinheiro? Eu vou ler alguns números que eu acho importantes... É um texto coletivo da categoria e eu acho importante a gente ter clareza, pois tem um papel pedagógico também esse momento. Com base nos dados divulgados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026, a Fundação Getúlio Vargas, num relatório de 2025, mostrou detalhadamente que o Estado de Mato Grosso do Sul comprometeu metade de toda a sua receita, ou seja, 50.1% em desoneração fiscal, beneficiando assim as maiores empresas do agronegócio. Então, é claro que mais da metade de todo o nosso orçamento vai para o maior setor do agronegócio. Em um contexto em que o novo sistema tributário preconiza a redução das renúncias fiscais para 2032, e é nesse contexto que o Estado de Mato Grosso do Sul, de 2023 a 2026, faz crescer 114% as renúncias. Olha o disparate! Olha o contraponto, inclusive com o nosso cenário federal. Essa condição é aviltante, nós temos que nos responsabilizar por essa situação, senhores

deputados, não podemos deixar isso acontecer. Esse cenário não amplia grandemente a força de trabalho como é propalado. Aqui, gente, eu faço uma convocação aos sindicatos para que exerçam esse papel pedagógico junto à população sul-mato-grossense: é preciso que nós coloquemos para a população que 50,1% da nossa receita vai para os setores mais enriquecidos desse estado, vai para o agronegócio e não é para o servidor público. Há um discurso que coloca o servidor público como se fosse o vilão desse processo do orçamento, mas não é o servidor público, os números não mentem e empresas que fazem pesquisas sérias também não mentem. Então, eu pergunto aos servidores aqui presentes: vocês estão contentes?... Não tem ganho real para o servidor, e pior, não tem nenhuma proposta de recuperação salarial. Posso afirmar que não é com servidores públicos em condições de defasagem que se promove o desenvolvimento deste estado. Quero dizer que 3.81% é uma migalha perto das perdas; é uma migalha perto do que o Estado arrecada; é uma migalha em um ano de eleição! É necessário olhar com mais atenção para a situação dramática dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul. É um ano eleitoral e os mais de oitenta e seis mil servidores estaduais estão muito descontentes e revoltados com o Governo, devido à ausência de uma política de recomposição, das perdas acumuladas e o completo descaso por parte dele. Nós, funcionários públicos, seguiremos fortalecidos na luta contra essa ofensiva do Estado, que degrada o servidor público e, em decorrência, os serviços públicos prestados. Esse dinheiro tinha que ir para a educação, para a saúde, para as políticas públicas, para a habitação, para melhorar a qualidade de vida das pessoas, porque isso também tem retorno para o cofre público do Estado. O consumo tem retorno porque gera desenvolvimento e oferece qualidade de vida às pessoas. Só valoriza a universidade quem garante o direito a um salário justo aos professores. Então, eu peço aqui todo apoio que vocês puderem dar a nossa categoria como um todo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está reaberta a presente Sessão (11h). Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Senhor presidente, eu conversei com o secretário da Casa Civil, Waltinho Carneiro, e ele me pediu que solicitasse ao presidente da Fetems a formação de uma comissão de, no máximo, cinco pessoas para uma reunião. O deputado Pedro Kemp participará representando esta Casa, assim que o horário for definido.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Muito bem, deputado Zé Teixeira. Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão da oradora — Depois do anúncio do deputado Zé Teixeira, venham mais vezes a esta Casa. Quero aqui fazer um

comentário sobre a fala da professora Érica. Eu também sou filha da UEMS e sei da importância da universidade para o desenvolvimento do estado, para o desenvolvimento da educação e a importância dessa universidade para a Educação Básica, de onde eu venho e onde eu trabalho hoje. Quero parabenizar a professora Érica pelo discurso e pela reflexão que fez aqui hoje, porque nós precisamos realmente discutir com seriedade, com aprofundamento, a pauta das isenções fiscais. Nós precisamos, sim, garantir o desenvolvimento do estado e ter empresas aqui, mas não podemos permitir que o trabalhador saia da sua casa e vá morar em uma favela para garantir o desenvolvimento de um estado desigual. É preciso garantir que o estado tenha igualdade. A UEMS vem chorando há muito tempo... Há tempo eu acompanho de perto esse movimento da UEMS e o que eu pude observar é que não tem realmente um atendimento necessário, à altura daquilo que ela pode oferecer. Quero aqui parabenizar a professora Érica, parabenizar os professores e professoras da UEMS que vêm fazendo esse trabalho, dizer que toda luta vale a pena e a UEMS merece respeito. Eu estava na UEMS quando conquistamos e quando perdemos a autonomia financeira e sei o quanto isso interfere diretamente nas políticas da universidade, mesmo porque, a universidade não pode ficar dependente, com o pires na mão, pedindo pelo amor de Deus para o governador garantir algum recurso para pesquisa; a universidade precisa ter autonomia financeira, autonomia de gestão, autonomia na sua pesquisa, porque é ela que garante, de fato, o desenvolvimento do estado. Mais uma vez, não há desenvolvimento com isenção fiscal e sem fortalecimento da ciência, da tecnologia e da educação. Portanto, contem sempre com esta Casa nesse debate, nós vamos estar aqui para fortalecer e garantir que a universidade tenha cada vez mais destaque na importância e no desenvolvimento do estado. Parabéns! Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda nas Explicações Pessoais, com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente vou fazer o uso da palavra aqui na mesa mesmo, apenas para registrar uma moção de congratulação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Adair Amarilha, pela sua reeleição como presidente do Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Bela Vista e Caracol, com a expressiva conquista de 100% dos votos válidos. Essa moção tem por objetivo reconhecer e parabenizar o senhor Adair pela significativa demonstração de confiança e reconhecimento por parte da categoria, refletida em sua reeleição unânime para a presidência do Sinted de Bela Vista. Tal resultado evidencia não apenas a credibilidade de sua atuação, mas também o compromisso, a dedicação e o trabalho desenvolvido em defesa dos direitos dos trabalhadores da educação, contribuindo para o fortalecimento da classe e para a melhoria das condições de ensino na região. A conquista dos 100% dos votos válidos representa um marco importante, demonstrando liderança, diálogo e respeito junto aos profissionais da educação que ele representa. Diante disso, esta Casa de Leis manifesta o seu reconhecimento, desejando uma gestão ainda mais exitosa, pautada na valorização da educação e no contínuo avanço das conquistas da categoria. Parabéns ao



presidente Adair e também a toda a diretoria do Sinted de Bela Vista. Aproveitando, quero registrar e agradecer a presença, neste Plenário, do Edivaldo, do Sinted de Ponta Porã; da professora Vitória; do Elson; do professor Léo, todos eles guerreiros da educação de Ponta Porã. Sejam sempre muito bem-vindos aqui na Assembleia Legislativa. Um beijo, Vitória.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h26min).